

UM ESTUDO FUNCIONALISTA
DO TÓPICO EM PORTUGUÊS E JAPONÊS

Paulo Weverton Lopes de Sousa*

RESUMO: o presente artigo tem o objetivo de descrever diferentes tipos de tópico na língua portuguesa à luz das teorias funcionalistas e como eles são marcados e identificados na língua japonesa. O estudo teórico da linguística funcional, com o suporte da linguística formal, é o alicerce deste trabalho. A análise contrastiva da gramática funcional mostrará o ponto de contato e de distanciamento no uso e identificação do tópico nas duas línguas. Nesse estudo, as questões semânticas, sintáticas e funcionais serão recorrentes. Os autores que contribuem teoricamente na composição do artigo são: Mukai (2014), Batista (2011), Wilson (2015), Cunha (2015), Martelotta (2015), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Funcionalismo. Tópico. Partículas WA e GA.

Abstract: this article aims to describe different types of topic in the Portuguese language in the light of the functionalist theories and to show how they are marked and identified in the Japanese language. The theoretical study of Functional Linguistics, with the support of the Structuralism, are the basis of this work. The contrastive analysis of functional grammar shows the point of contact and distance in the use and identification of the topic in both languages. In this study, semantic, syntactical issues and functional will be applicants. The authors that contribute in theory in the article are Mukai (2014), Baptist (2011), Wilson (2015), wedge (2015), Martelotta (2015), among others.

Keywords: Functionalism. Topic. Particles WA and GA.

INTRODUÇÃO

O estudo funcionalista no Brasil teve início na década de 1980, com a publicação de *Perspectiva funcional da frase portuguesa*, de Rodolfo Ilari, que trata do dinamismo da comunicação em termos de tema e rema, sob influência dos estudos da Escola de Praga.

A partir das teorias funcionais, a língua passou a ser observada no uso interativo, considerando e analisando as condições discursivas que proporcionam determinadas escolhas

*Acadêmico do 8º período noturno do Curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês do Instituto Superior de Educação da Faculdade Alfredo Nasser, sob orientação da Prof.ª Ma. Meire Lisboa Santos, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras, no semestre letivo 2015/2.

sintáticas e, portanto, produzem sentido. Nas teorias funcionalistas, a construção textual é observada nas relações entre o leitor, o autor e o texto inseridos em dado contexto, essa relação é objeto de estudo da Linguística Textual.

A compreensão de conceitos como o contexto, coesão, coerência e estruturas binárias da informação são básicas para nossa pesquisa, pois a partir dessas noções que os estudos serão guiados. Além disso, a contribuição de outros níveis de análise linguística – como a sintaxe que nos auxilia na compreensão estrutural das línguas e a semântica que nos ampara quanto ao estudo dos significados – dão suporte conceitual às nossas análises.

Os estudos da gramática discursivo-funcional reúnem teorias até então estudadas separadamente, objetivando uma compreensão textual abrangente e construída a partir da interação discursiva, sendo o texto a manifestação da linguagem responsável pelo mantimento interacional, nessa vertente teórica.

O *tópico* presente na gramática das línguas portuguesa e japonesa é um elemento coesivo que garante a continuidade informacional das sentenças e, portanto, dos textos. Compreender a utilização do tópico em português pode contribuir para que os alunos de língua japonesa, como língua estrangeira, usem de maneira correta as partículas *wa* e *ga*.

Esses elementos da gramática japonesa causam confusão por sua diversidade de uso. Um dos principais problemas é a dificuldade na diferenciação de quem é o sujeito e o que é o tema da frase, pois ao considerar a língua materna (português) como suporte para aprendizado na língua estrangeira (japonês), os alunos aportam-se no tipo de tópico, chamado de Tópico-Sujeito (item 1.4.4.4) que reúne em si as duas noções que, a priori, na gramática japonesa são diferenciadas pelo uso de partículas.

Essa forma de sinalização do tópico existente na língua portuguesa confunde os alunos de japonês como língua estrangeira, pois, a grosso modo, eles aprendem que a partícula *wa* marca o tópico, enquanto a partícula *ga* marca o sujeito. Então, o que fazer em uma frase cujo o sujeito e o tópico ocupam o mesmo espaço? Qual partícula usar nesses casos? Os estudos linguísticos nos auxiliarão no esclarecimento dessas questões.

1.1 O estabelecimento dos estudos da linguística formal

Os estudos linguísticos fundados por Ferdinand de Saussure, com a publicação póstuma do *Cours de linguistique générale*, em 1916, concebe a língua como um sistema estruturado e objeto de estudo da ciência da linguagem. A corrente estruturalista estabelece

que a língua funciona por meio de um conjunto de regras, constituintes de uma organização. Essa abordagem compreende seu objeto como “forma e não substância”, isto é, ela não é o que se manifesta, exterioriza, mas a sistematização composta por unidades, com funções, internalizadas desde a aquisição da linguagem (MARTELOTTA, 2015).

Essa corrente teórica estabelece ainda dicotomias como *langue/parole*, diacronia/sincronia, significante/significado entre outras que são utilizadas como ferramenta para estudar a língua em si mesma (metalinguagem); aspectos do signo linguístico, como um elemento constituído por arbitrariedade e, portanto, pertencente ao social é uma das principais características dessa vertente.

No mesmo campo de pesquisa, Noam Chomsky (apud WILSON, 2015) privilegia a competência linguística e gramatical sobre a *performance* de um falante e ouvinte ideais inseridos em uma comunidade linguística homogênea. Isso quer dizer que a heterogeneidade da língua fica restrita à sua realização, que é, para o teórico, a *performance*. Posteriormente, este gerativista considera a noção de competência pragmática em conjunto com a competência gramatical e, nesse âmbito, as condições de realização da língua começam a ser levadas em consideração e “a noção de comportamento linguístico é desvinculada das relações entre língua e sociedade” (WILSON, 2015, p. 87). Dessa forma, pode-se dizer que os estudos linguísticos estão divididos em dois polos: o formal e o funcional, no entanto, o primeiro não será aprofundado neste trabalho, pois o estruturalismo e o gerativismo serão tomados apenas como ponto secundário.

1.2 O estabelecimento dos estudos da linguística funcional

No polo funcional dos estudos da língua, o enfoque está sobre uma pesquisa sociointeracional e das funções dos elementos linguísticos. Nesse paradigma encontram-se escolas linguísticas como: a Sociolinguística, o Funcionalismo, a Linguística Sociocognitiva, a Análise do Discurso, a Pragmática entre outras.

A corrente funcionalista surgiu no Círculo Linguístico de Praga e nega em parte os aspectos estruturalistas e também gerativistas, sua principal preocupação é “estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas” (CUNHA, 2015 p. 157). O Funcionalismo encara o objeto da Linguística de forma distinta ao Estruturalismo, no que tange aos objetivos de análise da língua e aos métodos e dados utilizados como evidência científica. Um desses fatores distintivos, citado

por Wilson (2015, p. 87) é que, no Estruturalismo, “a língua é entendida como um objeto autônomo, independente das intenções de uso e da situação comunicativa”. Enquanto os funcionalistas entendem que a linguagem é um instrumento de interação social, cujo interesse investigativo dessa vertente teórica está além da estrutura gramatical, ou seja, a situação comunicativa é que define os fatos da língua. Inerente à situação comunicativa, consideram-se os interlocutores, os propósitos e o contexto discursivo.

Outro ponto de choque entre os estudos linguísticos formais e funcionais é a teoria gerativista de Chomsky que entende que os universais linguísticos (a gramática universal) derivam de herança linguística genética, enquanto a vertente funcionalista compreende que o mesmo processo dá-se através da sociointeração; além disso, essas teorias divergem-se quanto à aquisição da linguagem, pois no Gerativismo, a linguagem é uma capacidade específica do ser humano de aprender a língua, por outro lado, os funcionalistas acreditam que a aquisição da língua dá-se por meio da necessidade humana e que a criança é capacitada cognitivamente para aprendê-la, como qualquer outro conhecimento e “é com base nos dados linguísticos a que é exposta em situação de interação com os membros de sua comunidade de fala que a criança constrói a gramática de sua língua” (CUNHA, 2015, p. 158).

Para o Funcionalismo, a língua deve ser observada no uso interativo, considerando e analisando as condições discursivas que proporcionam determinadas escolhas sintáticas e, portanto, produzem um dado sentido. Em uma análise funcionalista da linguagem, “os enunciados e os textos são relacionados às funções que desempenham na comunicação interpessoal” (CUNHA, 2015, p. 158). Em contrapartida, conforme Martelotta (2015, p. 33), “uma frase nunca traz todas as informações necessárias para a compreensão adequada da mensagem [...], a comunicação é essencialmente uma atividade cooperativa”. Para esse autor, é importante que haja uma *conexão psicológica* entre os interlocutores para que a comunicação não sofra prejuízos.

No que se refere à análise linguística, na perspectiva funcionalista, Jakobson (apud MARTELOTTA, 2015) define as funções da linguagem em seis tipos: a referencial, a emotiva¹, a conativa², a fática³, a metalinguística⁴ e a poética⁵. No entanto, essas funções não

¹ Consiste na exteriorização da emoção do remetente em relação àquilo que fala de modo que essa emoção transpareça no nível da mensagem. Essa função está no próprio remetente, já que é a sua emoção que está em jogo na mensagem (MARTELOTTA, 2009, p. 34).

² Consiste em influenciar o comportamento do destinatário. Essa função está centrada no destinatário, já que ele é o alvo da informação (*idem*).

se manifestam isoladamente, é possível que em uma mesma frase haja a presença de mais de uma delas. Dentre as funções supracitadas, para o presente estudo, a função *referencial* é especificamente importante, sendo ela centrada no contexto, no momento e nas condições de comunicação, essa função visa transmitir informações extralinguísticas do remetente ao destinatário, isto é, “conhecimentos referentes a pessoas, objetos ou acontecimentos” (MARTELOTTA, 2009, p. 33). Para que se possa compreender o fundamento dos estudos funcionais, é imprescindível observar elementos como o *contexto*, o *código* e o *canal*.

1.2.1 Contexto, código e canal

Segundo Martelotta (2015) a noção de contexto está ligada ao conteúdo referencial da mensagem, isto é, ao qual a mensagem está inscrita e suas condições de produção, além disso, as informações contidas numa mensagem não estão limitadas ao sentido conotativo do léxico. Isso significa que a interpretação de uma frase depende do contexto linguístico⁶ e informações extralinguísticas⁷. De acordo com esse autor, para que a mensagem possa ser compreendida pelo destinatário, ele “precisa conhecer um conjunto de informações que vai desde elementos relacionados ao momento da produção [...] até dados referentes ao conhecimento do assunto em pauta. A esse conjunto de conhecimentos podemos chamar de contexto” (MARTELOTTA, 2015, p. 33).

A ideia de código está relacionada a um conjunto de signos determinados para a promoção da comunicação. Esses códigos são as línguas, como o português e o japonês, bem como suas modalidades escritas. Para além disso, os sinais, placas, painéis e todo tipo de comunicação é considerado um código. O autor acrescenta que é necessário que o remetente e o destinatário utilizem-se do mesmo código para que a comunicação flua, pois “um japonês

³ Consiste em iniciar, prolongar ou terminar um ato de comunicação, mas ao estabelecimento ou ao fim do contato, refletindo também a preocupação de testar o contato, checar o recebimento da mensagem e, em muitos casos, tentar manter o contato (*idem*).

⁴ Consiste em usar a linguagem para se referir à própria linguagem. Centrada no código, essa função se justifica pelo fato de os humanos utilizarem a linguagem para se referir apenas à realidade biossocial, mas também aos aspectos relacionados ao código ou à linguagem utilizados para esse fim (*idem*).

⁵ Consiste na projeção do eixo da seleção sobre o eixo da combinação dos elementos linguísticos. Centrada na mensagem, essa função caracteriza-se pelo enfoque na mensagem e em sua forma (*idem*).

⁶ Informações anteriores, grau de formalidade, função comunicativa da linguagem, entre outros.

⁷ Dados referentes ao local, ao momento da comunicação ou mesmo ao tipo de relação entre os interlocutores (MARTELOTTA, 2015, p. 32).

que não fale português e um brasileiro que não conheça japonês certamente terão muitas dificuldades de se comunicar” (idem).

A noção de canal é referente ao meio pelo qual o remetente transmite sua mensagem ao destinatário, isso denota que em uma comunicação presencial, o canal é o processo físico de emissão vocal, que na comunicação à distância, o *e-mail*, o telefone ou outro meio de comunicação é o canal existente que permite a interação linguística. O êxito no processo comunicativo está ligado aos três elementos citados que, juntamente às funções da linguagem, colaboram para que o remetente organize e exprima a mensagem. Jakobson (apud MARTELOTTA, 2015) caracteriza dois tipos de arranjos no processo verbal: a *seleção* e a *combinação*. Isso representa que ao formar a frase, primeiramente,

[...] o falante *seleciona* as palavras que melhor expressam suas ideias naquela situação de comunicação. Além disso, o falante *combina*, de acordo com as regras sintáticas de sua língua, as palavras selecionadas, de modo que constitua um enunciado que faça sentido para o interlocutor (MARTELOTTA, 2015, p. 34).

A manifestação dessa combinação de palavras é percebida pelo ouvinte através da formação da frase emitida, no entanto, essa seleção é constituída psicologicamente pelo emissor, que não é necessariamente manifestada na estrutura frasal. Ainda no âmbito da frase, “Jan Firbas desenvolveu, no começo da década de 1960, um modelo da estrutura informacional da sentença que buscava analisar sentenças efetivamente enunciadas para determinar sua função comunicativa” (CUNHA, 2015, p. 161). No modelo de análise de Firbas, a parte da sentença em que reside a informação *dada*, já conhecida pelo ouvinte, denominada *tema*, possuía um menor grau de dinamismo, ou seja, as informações do contexto eram as menores possíveis. A parte da frase que continha a informação *nova* sobre o tema é denominada *rema*.

A manifestação funcionalista da Escola de Londres, sobretudo as teorias de Halliday, “está centrada em um conceito amplo de função, que inclui tanto as funções de enunciados e textos quanto as funções de unidades dentro de uma estrutura” (CUNHA, 2015, p. 162). Esse teórico “defende a tese de que a natureza da linguagem, enquanto sistema semiótico, e seu desenvolvimento em cada indivíduo devem ser estudados no contexto dos papéis sociais que os indivíduos desempenham” (CUNHA, 2015, p. 162), além disso, a corrente funcionalista norte-americana defende “que uma dada estrutura da língua não pode ser proveitosamente estudada, descrita ou explicada sem referência à sua função comunicativa”. Quando se refere à estrutura, fala-se diretamente em Sintaxe.

O Funcionalismo enxerga esse ramo dos estudos linguísticos como “uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso, ao qual se molda” (CUNHA, 2015, p. 163), em outras palavras, nos estudos funcionalistas, o discurso está vinculado à gramática; e a sintaxe frasal é tomada como uma estratégia de organização informacional utilizada pelo falante na interação discursiva. Para compreender esse fenômeno sintático, em que o falante determina intencionalmente a ordem das palavras para construir o sentido, é necessário que se estude “a língua em uso em seus contextos discursivos específicos, pois é neste espaço que a gramática é constituída” (CUNHA, 2015, p. 164).

No Brasil, é a partir da década de 1980 que os estudos funcionalistas ganham impulso. Em 1987, Rodolfo Ilari publicou *Perspectiva funcional da frase portuguesa*, que trata do dinamismo da comunicação em termos de tema e rema, sob influência dos estudos da Escola de Praga.

1.3 Contribuições da Sintaxe

A visão funcional na análise linguística compete utilizar o texto, ou unidades menores, como *corpus*, dependendo do objetivo do analista. No campo da Linguística Textual, o objeto de estudo compreende basicamente duas modalidades: falada e escrita. Oliveira (2015, p. 193) afirma que, de modo geral, o texto é “toda e qualquer forma de comunicação fundada num sistema de signos”. Sendo assim, ele é a materialização linguística, seja expresso na fala ou impresso em papel.

Para este trabalho, frases aplicadas a contextos ideais servem de exemplificação teórica na perspectiva funcionalista. A estrutura das frases é a base para dar início aos estudos propostos. Primeiramente, para que se possa discorrer sobre a identificação do tópico na língua portuguesa e, em seguida, contrastá-los com a língua japonesa, é necessário pensar no objeto língua sob a perspectiva formal (Estruturalismo e Gerativismo), para isso, considera-se os elementos da sintaxe: a sentença e os sintagmas.

Sentenças de uma língua não podem ser vistas apenas como uma formação linear de palavras. Elas se caracterizam por agrupar palavras em unidades formais e de sentido (os **sintagmas**), organizadas em torno de **núcleos**. Essas unidades [...] definem a estrutura sintática de uma língua não mais em termos de linearidade, mas em relação a uma estrutura hierárquica, da qual o resultado linear é reflexo superficial de um arranjo mais abstrato, situado num nível mais profundo de análise da língua em que as relações sintáticas básicas são elaboradas (BATISTA, 2011, p. 82-83).

A sentença é, portanto, a configuração sintática das línguas. Os sintagmas pertencem a diferentes categorias lexicais e funcionais agrupadas para constituírem a sentença. O japonês possui a ordem canônica SOV (sujeito-objeto-verbo), enquanto o padrão do português é SVO, nota-se aqui a primeira distinção, no nível sintático, entre as duas línguas.

O sintagma nominal em português é, segundo Batista (2011, p. 83) “organizado a partir de um nome (substantivo) como núcleo, que pode ser acompanhado de determinantes (artigo, determinados pronomes em função adjetiva), quantificadores (numerais [...]) e de modificadores (adjetivos [...])”. Por outro lado, Suzuki (apud MUKAI, 2014, p. 22) afirma que em japonês, “os nomes não têm gênero nem número; [...], mas normalmente, a singularidade ou a pluralidade são extraídas do contexto”; Mukai (2014, p. 22) acrescenta que “os predicativos não têm número, pessoa, modo ou tempo; são flexíveis, mas sua flexão se dá na cadeia sintática”. Para exemplificar, considere a frase em japonês extraída de Mukai (2014, p. 24):

- a) 私がパンを食べる。
 /eu/GA/pão/O/como
 [Watashi ga] [pan o] [taberu.]
 [Trad.] Eu como pão.⁸

Do ponto de vista tipológico, Givón (1979 apud MUKAI, 2014, p. 23) afirma que determinadas línguas têm o sujeito gramaticalizado, em contrapartida, outras possuem o tópico mais discursivo-pragmático. “O autor designa as duas noções de ‘*subject constructions*⁹ [...]’ e ‘*topic constructions*¹⁰ [...]’, respectivamente”. A construção frasal com base no tópico corresponde à língua japonesa, enquanto, no português, segundo Leite et al. (1996 apud MUKAI, 2014), os dois tipos de construção são utilizados. Dessa forma, estabelece-se outra distinção entre as línguas no nível da tipologia. Até este ponto as principais características formais das línguas foram brevemente apresentadas. Iniciaremos então os estudos semântico-sintáticos com a contribuição da Linguística Textual.

1.4 Contribuições da Linguística Textual

⁸ Tradução do autor do artigo.

⁹ Construções frasais com base no sujeito (MUKAI, 2014, p.23).

¹⁰ Construções frasais com base no tópico (idem).

O ramo dos estudos da língua centrado no texto é a Linguística Textual e, como mencionado anteriormente, ele é qualquer tipo de comunicação na modalidade oral ou escrita.

Toda forma de comunicação necessita de textualidade, conforme Oliveira (2015, p. 193) ela é “um conjunto de propriedades que lhe conferem a condição de ser compreendido pela comunidade linguística”, isto é, a textualidade não é o texto, mas as propriedades estruturais e funcionais que permitem sua significação.

Por isso, fomos motivados a utilizar como *corpus* para a análise textual/discursiva deste artigo, um livro composto por textos apresentados pelos alunos da Escola Modelo de Língua Japonesa de Goiás no aniversário de 15 anos da instituição, no ano de 2013.

Alguns elementos na língua são essenciais para manter o funcionamento do texto, bem como colaborar para a sua compreensão, essas propriedades serão estudadas no próximo tópico.

1.4.1 A questão textual-discursiva

A Gramática Discursivo-Funcional (GDF) busca entender a estrutura dos enunciados em dado contexto discursivo, no entanto, essa teoria não visa descrever completamente o contexto do discurso. Na realidade, “uma importante característica da GDF é considerar muito seriamente o fato de que os enunciados são produzidos e entendidos no contexto, já que a intenção do falante surge [...] em um multifacetado contexto enunciativo” (PEZATTI, 2012, p. 107), isso significa que a GDF propõe estudar a inter-relação entre o contexto e a linguagem.

Em análises discursivo-textuais, a organização da sentença depende diretamente do contexto, pois está ligada às intenções dos enunciados, dessa forma, o destinatário consegue assimilar elementos suficientes para interpretação da mensagem.

O contexto discursivo é para Connolly (2007 apud PEZATTI, 2012) composto de aspectos linguísticos e não verbais, isso quer dizer que se leva em consideração o exterior e o interior do texto. Por sua vez, Cornish (2009, p. 105 apud PEZATTI, 2012, p. 124) acrescenta que “aspectos linguísticos e não verbais são manifestações de ‘texto’ e não de ‘discurso’”. Para Cornish (2009 apud PEZATTI, 2012, p. 125) o “texto constitui uma sequência conectada de signos verbais e sinais não verbais em termos dos quais o discurso é coconstruído pelos participantes no ato de comunicação”.

Em outras palavras, o texto traz um encadeamento de informações que evocam um contexto e criam o discurso. Isso significa que o texto é, em si, incompleto em comparação ao discurso. No entanto, o discurso pode derivar de um texto, desde que apoiado em determinado contexto. Koch e Elias (2014, p. 63) afirmam que o contexto é “indispensável para a compreensão e [...] para a construção da **coerência textual**”. De maneira geral, o contexto é “um **conjunto de suposições** baseadas nos saberes dos interlocutores, mobilizadas para a interpretação de um texto.” (KOCH; ELIAS, 2014, p. 64).

Segundo Pezatti (2012), a GDF toma uma perspectiva voltada para a produção do falante, isto é, não está relacionada com a compreensão do destinatário. Nesse sentido, entende-se que o modelo de contexto comunicativo é composto de dois tipos de informação:

- (i) a informação imediata (de curto prazo) recebida do componente gramatical relativa a um enunciado particular que é relevante para a forma que os enunciados subsequentes assumem;
- (ii) informações de longo prazo sobre a interação corrente que é relevante para as distinções que são requeridas na língua em uso e que influenciam a formulação e a codificação nessa língua. (PEZATTI, 2012, p. 112-113).

Quanto aos tipos de informação, Cornish (2009 apud PEZATTI, 2012) entende que eles estão ligados ao texto e discurso, respectivamente.

Na língua portuguesa, as informações vindas de um contexto situacional são relevantes para a codificação, em outras palavras, a escolha de determinado vocábulo ou estrutura sintática é reflexo da intenção do falante.

Na língua japonesa, a partícula *wa* pode ser estudada na dimensão texto-discurso, pois nessa perspectiva, ela “transforma-se, no tópico da frase, aquilo que já foi mencionado anteriormente ou aquilo que é pertinente ao assunto anterior ou presente. No texto/discurso, utiliza-se *wa* para a continuação do tópico discursivo” (NODA, 1996, p. 8 apud MUKAI, 2014, p. 52).

Sendo assim, a organização das informações sobre o que se fala é importante para o mantimento da coerência textual. Nesse sentido, o tópico contribui para a continuidade na comunicação e a retomada do assunto através de esquemas sintáticos e semânticos dependentes de um contexto.

1.4.2 Coesão e Coerência

Oliveira (2015) afirma que a coesão refere-se à unidade semântico-sintática que marca a produção do texto e, dessa forma, é fundamental para estabelecer a textualidade. Na visão da autora, “a coesão pode ser definida como o conjunto de estratégias de seqüencialização responsável pelas ligações linguísticas relevantes entre os constituintes articulados no texto” (OLIVEIRA, 2015, p. 195). Em outros termos, a coesão está ligada à produção discursiva, isto é, fatores internos e externos na construção do sentido e deve respeitar uma ordenação estrutural.

Considerando estes elementos na língua japonesa, em suas leituras de Maynard (1997) e Nagano (1996), Mukai (2014, p. 87) afirma que “a partícula *wa* possui função coesiva, ou seja, dá seqüência ao conteúdo da frase ou ao diálogo anterior, para que se mantenha a continuidade de sentido no texto/discurso”. A coesão textual possui mecanismos básicos, dos quais nos são mais relevantes: a *referência* e a *elisão*.

O primeiro mecanismo coesivo a ser mencionado é o da *elisão*. Essa propriedade coesiva é também conhecida por *anáfora zero*, sua principal característica é a possibilidade de buscar um constituinte num espaço formalmente vazio, isso significa que certas informações são preenchidas no campo semântico e ativadas por dados subentendidos que, em princípio, já ocorreram anteriormente, mas não foram necessariamente explicitados no texto (OLIVEIRA, 2015). Na língua portuguesa, tal propriedade é pouco recorrida na modalidade oral, pois tende-se a “articular com maior preenchimento de constituintes” (OLIVEIRA, 2015, p. 198), o fato de o português possuir desinências, facilita a compreensão de frases como “[eu] gosto de pão” ou “[eu] como pão”, podendo-se facilmente inferir o pronome sujeito “eu”, mesmo que não esteja formalmente presente.

Contrário a isso, a língua japonesa é caracterizada como predominantemente aglutinante, isto é, estabelece “relações gramaticais por meio de relacionais [*fuzokugo*, 付属語] como as partículas gramaticais [*joshi*, 助詞] [...] e auxiliares verbais [*jodôshi*, 助動詞]” (MUKAI, 2014, p. 21). Essa característica contrastante entre as duas línguas reflete-se na organização estrutural e referencial de ambas. De maneira geral, de acordo com Ninomiya (2012) em suas leituras dos principais gramáticos da língua japonesa, as palavras possuem uma divisão binária: palavras de conteúdo (*shi*) e gramaticais (*ji*), sendo as partículas pertencentes à última classificação. Às palavras de conteúdo, compete aos estudos semânticos, introduzidos no próximo tópico.

A *referência* é o relacionamento de elementos textuais com outros, sejam internos ou externos ao texto, nessa relação deve conter troca de informações suficientes para a compreensão textual. Quando se fala em elementos internos, refere-se ao que está no limite do texto (*endofórica*), ou seja, como o próprio texto (res)significa dado objeto através do discurso, enquanto os elementos externos, numa relação situacional, extralinguística, estão ligados a fatos fora do texto (*exofórica*), mas que podem ser buscados, através de, por exemplo, palavras e gestos. “A referência exofórica [...] é um tipo de relação coesiva recorrente em textos orais devido às condições de produção da fala, em que a situação comunicativa tem papel fundamental” (idem). Enquanto a referência endofórica é conceituada pela autora como a que “se situa no texto”, essa ainda é subdividida em *anáfora* que são procedimentos que “garantem a unidade temática dos textos ao promoverem a manutenção dos sentidos referidos” (OLIVEIRA, 2015, p. 196), como o papel da partícula *wa* em japonês.

Conforme Cornish (2009 apud PEZATTI, 2012, p. 108), a *anáfora* provê uma análise do contexto, “uma vez que envolve a dimensão (co)textual e a discursiva, relacionada ao mundo de referentes, propriedades e estados de coisas disponíveis aos participantes em qualquer ponto não inicial de um evento comunicativo”.

1.4.3 Estruturas binárias da informação

Na língua portuguesa, pode-se perceber a tendência em utilizar esse recurso, principalmente para manter o *tema* em evidência e evitar a ambiguidade; na referência endofórica temos ainda a *catáfora*, que “se articula numa conexão com o item subsequente” (OLIVEIRA, 2015, p. 196). Isso significa que enquanto a *anáfora* limita o tema, a *catáfora* trata de expandi-lo, trazendo informações novas acerca do mesmo, como podemos observar na partícula *ga* da gramática japonesa. A autora acrescenta que:

Anáfora e catáfora constituem faces da mesma moeda, responsáveis, respectivamente, pela manutenção e expansão do fluxo textual num jogo que organiza progressivamente as informações recorrentes, já conhecidas pelos interlocutores, e outras novas, mencionadas pela primeira vez no texto (OLIVEIRA, 2015, p. 196).

Podemos observar que a relação de *anáfora* e *catáfora* é semelhante ao tema/rema, ou ainda tópico-comentário nas quais a primeira parte traz a informação dada e a segunda, a

informação nova. A sintaxe das informações na frase, em estrutura binária de tema/rema é chamada *estrutura informacional da sentença*, entretanto, essas propriedades possuem relações semânticas e pragmáticas, o que estabelece um vínculo com a formação discursiva. O tema é “o eixo que determina o objeto sobre o qual se fala”, enquanto o rema é “o eixo que determina o que se fala sobre o objeto destacado” (BATISTA, 2011, p. 113). De acordo com esse autor,

A posição habitual na língua portuguesa é TEMA + REMA. Alterações nessa ordem devem ser investigadas tendo em vista o processo comunicativo. Por exemplo, em torno da estrutura sintática e da estrutura informacional, há o fenômeno de *topicalização*, em que o deslocamento de um elemento sintático para uma posição específica da sentença revela efeitos informativo especiais (BATISTA, 2001, p. 114).

Devemos considerar que a estrutura informacional só é compreendida num dado contexto; como o tópico pode apresentar a informação velha, e o rema a nova, nem sempre a ordem canônica tema/rema será respeitada em tais articulações. O tópico é “aquela arte da sentença ou do enunciado à qual o todo diz respeito. A divisão da sentença, do ponto de vista do seu conteúdo informativo, em **tópico** e **comentário** equivale, essencialmente à distinção **dado/novo**” (TRASK apud BATISTA, 2011, p. 116). Outra característica do tópico é que ele “coloca-se, de forma predominante, no início da sentença” (BATISTA, 2011, p. 117). A topicalização é basicamente a transferência de um sintagma para uma posição de destaque (o início da *frase*) para que o falante possa demarcar seu universo de discurso, delimitando o campo em que posiciona seu enunciado.

Na gramática japonesa, o tópico [*shudai*], como em português, corresponde a informações compartilhadas pelos interlocutores (KUNO, 1973a, 1973b apud MUKAI, 2014). O processo de topicalização, na língua japonesa, ocorre da mesma maneira que em português:

Na dimensão da frase, a topicalização pode ocorrer com o sintagma nominal que indica o caso nominativo, acusativo, etc.; o substantivo acoplado pelo sintagma nominal ou adjunto adnominal; o substantivo modificado pela oração adjetiva, etc. (NODA, 1996, p.8 apud MUKAI, 2014, p. 37).

Em japonês, é a partícula *wa* que fica encarregada do mecanismo de topicalização. Nessa operação, o sintagma nominal topicalizado por ela é deslocado sintaticamente à esquerda da frase tornando-se o primeiro sintagma, ao mesmo tempo em que a partícula originalmente acoplada à palavra é substituída por *wa* (MUKAI, 2014, p. 37).

Podemos exemplificar com as frases:

- a) 木村さんが日本語を勉強する。
/Kimura-san/GA/nihongo/O/benkyōsuru
[Kimura-san ga] [nihongo o] [benkyōsuru.]
[Trad. Kimura estuda japonês].
- b) 日本語は木村さんが勉強する。
/Nihongo/WA/Kimura-san/GA/benkyōsuru
[Nihongo wa] [Kimura-san ga] [benkyōsuru.]
[Trad. Em relação à língua japonesa, Kimura a estuda].¹¹

Na frase *a*, o objeto está acompanhado da partícula *o* que marca o caso acusativo, assim que a palavra foi deslocada para o início da sentença em *b*, foi marcada com a partícula *wa* que indica o tópico. Do ponto de vista da estrutura frasal, podemos afirmar que a partícula *wa* serve para topicalizar o sintagma. Do ponto de vista do sentido, a mesma serve para manter a coesão textual/discursiva, no entanto, suas propriedades não se limitam a essas.

1.4.4 Continuidade tópica

Um texto pode abordar determinado assunto, bem como vários outros. Assim, quando a atenção de um texto é voltada para dado assunto, esse é, linguisticamente, chamado de *tópico*. “Para que um texto possa ser considerado coerente, é preciso que apresente continuidade tópica” (KOCH; ELIAS, 2014, p. 181).

Quanto ao japonês, Mukai (2014, p. 56) defende, apoiado em Nagano (1996), Noda (1996), Temura (1996) e Yamada (2004), que a partícula *wa*, além de anafórica, coesiva e situacional, dependente de contexto, “mantém a continuidade de sentido no texto/discurso e contribui para a construção da textualidade no mesmo”. Assim, verificamos que o tópico em português não traz uma informação nova, bem como a partícula *wa* em japonês, pois sua atribuição é conservar “a continuidade de sentido no texto/discurso” (MUKAI, 2014, p. 57).

De acordo com Koch e Elias (2014), de forma hierárquica, os tópicos organizam-se em *segmentos tópicos*, como nível mais baixo, em *subtópicos*, que constituem um *quadro tópico*; um conjunto de quadros tópicos formam um *supertópico*. De forma didática, entende-se por tópico o assunto sobre o qual se fala.

¹¹ Exemplos e traduções do autor do artigo.

Proposta por Pontes (1987 apud SILVA; ONOFRE, 2013, p. 124), as Construções de Tópico dividem-se em quatro, sendo elas: o anacoluto, a topicalização, o deslocamento à esquerda e o tópico-sujeito. Discutiremos a respeito:

1.4.4.1 Anacoluto

Esse tipo de tópico não estabelece uma ligação sintática com a oração, apenas semântica. Geralmente, o assunto é introduzido e, posteriormente, acrescenta-se uma oração completa como comentário (ORSINI; VASCO, 2007), por exemplo:

- a) **Lazer** eu trabalho muito.
- b) **Um prato de massas** eu tenho diabetes.

Podemos verificar que *lazer* e *um prato de massas* não têm ligação sintática com o restante da frase. Entretanto, é possível compreendê-los através de um contexto, no qual o assunto da frase *a* é *lazer* e a pessoa não tem tempo para divertir-se, enquanto que na frase *b* a pessoa não pode comer massa por conta da saúde.

1.4.4.2 Topicalização

É caracterizada pela existência de um elemento vazio (\emptyset) no comentário e que pode ser preenchido pelo tópico. “O termo topicalizado mantém um vínculo sintático com o comentário. Esse vínculo [...] normalmente se dá sem que ocorra um termo físico, com o qual se relacione, na oração-comentário” (BOTELHO, 2010, p. 56), com isso, o tópico está ligado ao vazio no comentário. Por exemplo:

- c) **Japonês** ele não consegue escrever \emptyset .
- d) **Aquilo** Maria entregou \emptyset ao João.

Verificamos nas duas frases que os elementos em destaque foram deslocados sintaticamente e deixaram sua posição original vazia, no entanto, a relação com o elemento vazio, que nos remete à anáfora zero, mantém-se no âmbito semântico e, dessa forma, a estrutura canônica do português é alterada.

Na língua japonesa, a partícula *wa* está relacionada sintaticamente com a propriedade de *topicalização*, conforme Noda (1996 apud MUKAI, 2014, p. 51.).

1.4.4.3 Deslocamento à esquerda

Nesse tipo de tópico, o elemento deslocado para o início da sentença é retomado, geralmente, por um pronome, “chamado pronome-cópia ou pronome-lembrete” (SILVA; ONOFRE, 2013, p. 125), por exemplo:

- e) **A professora**, *ela* me tomou a prova.
- f) Essa é **Michelle**, *ela* é minha irmã.

Podemos observar que o tópico é retomado anaforicamente através dos pronomes em itálico. A diferença entre o deslocamento à esquerda e a topicalização é a retomada através do pronome.

1.4.4.4 Tópico-sujeito

Esse tópico representa as funções de tópico-frasal e de sujeito sobre um mesmo sintagma. O sujeito “não é exatamente o agente da ação expressa pelo verbo”, mas ele ocupa o lugar do tópico, o que leva à estrutura SVO, por esse motivo, tópico e sujeito ocupam o mesmo espaço na frase (BOTELHO, 2010, p. 59), por exemplo:

- g) **O celular** quebrou.
- h) **Goiânia** tem muitas árvores.

Nesses exemplos o tópico ocupa sintaticamente o lugar do sujeito, mas as ações expressas pelos verbos não podem ser atribuídas aos sintagmas em negrito.

Nas frases utilizadas para exemplificar os tipos de tópico, utilizamos algumas com o sentido atribuído à sua organização e outras com sentido encontrado em dado contexto.

Com base em Cornish (2009, p. 100 apud PEZATTI, 2012, p. 126), as noções de texto, discurso e contexto são interdependentes e que “na criação de um discurso, o contexto evocado serve para selecionar e restringir o sentido relevante dos lexemas e torná-lo compatível com o discurso já construído”. O discurso, através de um contexto, torna

desambíguas as interpretações múltiplas, isso significa que homônimos perfeitos como *manga* (de camisa ou fruta) têm seu sentido atribuído a partir do contexto. Para exemplificar, temos os seguintes textos:

- i) **Rio**, mas ela não Ø.
- j) **Rio**, não sei nadar.

Nos trechos acima temos a palavra **rio** que pode ser vista como texto, a ela, informações são acrescentadas para criar um contexto e não deixar o sentido ambíguo. A partir do texto, como base, e o contexto, como suporte, é possível compreender o discurso carregado de informações que o emissor considera importantes, isto é, sua subjetividade a respeito de determinado assunto.

1.4.4.5 “Tópico oculto”

De acordo com as pesquisas de Mikami (1960 apud Mukai, 2014, p. 53), foi observado que “a função discursiva do *wa* em modificar a(s) frase(s) subsequente(s), sem repetir o referente já topicalizado anteriormente no texto/discurso, ou seja, manter o tópico oculto no contexto posterior. A noção de “tópico oculto” [*ryakudai* 略題] compara-se em português com o conceito de *elisão* ou *anáfora zero*, mencionados no tópico 1.4.2., “Coesão e Coerência”. Vejamos exemplos dessa ocorrência em português nas frases:

- k) **Maria** não virá hoje, Ø disse que está doente. Ø Remarcará a reunião.
- l) **Macapá** é a capital do Amapá, Ø localiza-se na região Norte.

Verificamos nas frases que o termo topicalizado no início é recuperado por meio de um espaço formalmente vazio. Dessa forma, a sequência coesiva das frases é mantida, sem a necessidade de repetições.

Em relação à língua japonesa, Mukai (2012, p. 221) conclui no artigo *A partícula modalizadora de ênfase WA*, que seu estudo deve ser feito no nível do texto/discurso e não somente no nível da frase, pois “*wa* reflete a subjetividade do locutor”. A partir desse aporte teórico consideremos que a análise do *corpus* não se deve ser realizada somente no nível frasal, mas textual/discursivo.

1.5 Contribuições da Semântica

Nosso foco nesse trabalho é alcançar o nível da *língua em uso* para comparar as gramáticas da língua portuguesa e japonesa. A Linguística, segundo Cansado (2012), assume que o falante possui diferentes conhecimentos na gramática de sua língua (consideramos o conhecimento linguístico, sendo genericamente chamado de *gramática* e essa, entendida como sistema que rege o uso dos signos da língua), desde unidades menores às maiores. Portanto admite-se que para cada nível existe um grau de análise linguística, no entanto, mesmo que nossos objetivos estejam fortemente marcados, não há como simplesmente ignorar os campos de estudos da língua que corroboram a perspectiva funcional linguística. Para tanto, inicia-se um passeio sobre a área da Semântica.

Para Cançado (2012), o estudo da Semântica está focado no significado das palavras e das sentenças, além disso, não há como falar em Semântica sem mencionar a Pragmática – alvo do próximo tópico –, pois uma está inserida na outra, entretanto, pode-se dizer, a grosso modo, que a Semântica está preocupada com o significado da sentença com base na própria língua, enquanto que a Pragmática baseia-se no contexto para investigar o significado das sentenças. A noção de “significado” ocupa espaço nos dois níveis de análise, mas no campo semântico, sua definição é divergente, pois para estudiosos da Semântica Referencial, “o significado é associado a uma noção de referência, ou seja, da ligação entre as expressões linguísticas e o mundo” (CANÇADO, 2012, p. 27). Para os teóricos mentalistas ou cognitivos, o significado é representado mentalmente, isso quer dizer que, de modo geral, “temos maneiras de representar mentalmente o que é significado por nós e pelos outros quando falamos [...]. As pessoas se entendem porque são capazes de reconstruir as representações mentais nas quais os outros se baseiam para falar” (idem). Essas duas maneiras de conceber o significado são tomadas nesse artigo como complementares, sendo a primeira ligada à experiência de mundo, logo ideológica e cultural, podendo ser individual e, portanto, heterogênea. A segunda visão de significado relaciona-se com a concepção de “conexão psicológica¹²” entre o remetente e o destinatário da mensagem, conforme mencionado no início do estudo.

Todas as línguas dependem de palavras e de sentenças dotadas de significado: cada palavra e cada sentença estão convencionalmente associadas a, pelo menos, um significado. Desse modo, uma teoria semântica deve, em relação a qualquer língua,

¹² Martelotta, 2015, p. 33.

ser capaz de atribuir a cada palavra e a cada sentença o significado (ou significados) que lhe(s) é (são) associado(s) nessa língua. No caso das palavras, isso significa essencialmente escrever um dicionário. No caso das sentenças, o problema é outro (CANÇADO, 2012, p. 21).

Em uma representação não superficial da frase, o sentido está além do que é dito, pois nem sempre a Semântica é suficiente para o significado. Segundo Cançado (2012, p. 19), “a semântica pode ser pensada como a explicação dos aspectos da interpretação que dependem exclusivamente do sistema da língua, e não de como as pessoas a colocam em uso”. Com base nessa afirmação, não podemos tomar uma análise puramente semântica para compreender o funcionamento interno dos signos e sua relação extralinguística. A principal contribuição da Semântica nesse âmbito é inaugurar o pensamento sobre a importância do significado na língua. O outro problema ao qual a autora refere-se é o limite do significado da Semântica em relação à Pragmática.

No próximo tópico daremos início à análise dos dados, com suporte textual/discursivo, visto que as informações de contexto coletadas estão presentes no corpo do texto. Não cabe nessa análise uma visão pragmática, visto que serão trabalhados textos dos quais estamos alheios às condições de produção. Como mencionado, nos atentaremos aos *discursos* nele produzidos.

1.6 Análise descritiva do *corpus*

O *corpus* selecionado para nossa análise é um livro escrito em língua japonesa, produzido em comemoração aos 15 anos de fundação da Escola Modelo de Língua Japonesa de Goiás, em 2013. Todos os alunos da instituição participaram, desde os aprendizes infantis aos adultos. O tema dos textos escolhidos é a relação entre o aluno e a língua japonesa.

Do livro, alguns excertos e textos foram selecionados, dos quais há a presença do tópico marcado pela partícula *wa*. Esses fragmentos foram traduzidos para o português para a descrição e comparação, com suporte das teorias abordadas ao longo de nosso estudo.

Corpus A

ぼくのなまえは__です。8さいです。かいかんでにほんごをべんきょうします。テニスとサッカーもします。にほんごがっこうがだいすきです。

[Trad. Meu nome é _. Tenho 8 anos. Estudo japonês na Associação. Também faço tênis e futebol. Gosto muito da escola de japonês].

O texto acima foi escrito por um aluno da turma infantil (児童十), percebemos que a partícula *wa*, destacada em negrito, no início da frase, marca o tópico, isto é, o assunto (Eu) sobre o qual o locutor está falando.

Nas frases seguintes, são acrescentadas informações pertinentes ao assunto, no entanto, o pronome, junto da partícula não reaparecem nas sentenças posteriores, mesmo assim, ele pode ser recuperado com o auxílio do contexto – por se tratar de uma autoapresentação, subentende-se que as informações dadas são referentes ao tópico/sujeito – como no trecho: \emptyset 8さいです。 \emptyset かいかんでにほんごをべんきょうします¹³。 Nos quais o sintagma vazio é preenchido pelo tópico apresentado anteriormente.

Em português, essa informação é recuperada a partir da desinência verbal, conforme visto na tradução: [Eu] *Tenho 8 anos.* [Eu] *Estudo japonês na Associação.* A forma conjugada do verbo auxilia na retomada dos referentes. Entretanto, em japonês não há desinência verbal de pessoa ou número, sendo assim a única maneira de recuperar a informação, sem repetir o sintagma, é marcando-o com a partícula *wa*.

Dessa forma, entendemos que em japonês a informação pode ser retomada pela partícula *wa* como “tópico oculto”, enquanto que em português, pode ser recuperada através das desinências verbais.

Corpus B

はじめまして。わたしは__です。十九さいです。UFG 大学の大学生です。しょうらい日本へりょこうしたいです。

[Trad. Muito prazer. Eu sou_. Tenho 19 anos. Sou universitário na UFG. No futuro, quero viajar para o Japão].

Esse texto foi escrito por um aluno iniciante, da educação de adultos (成人一). A estrutura da linguagem está nos mesmos padrões do **Corpus A**. Nos corpora, a utilização elíptica do assunto abordado é recorrente.

Após tais observações nos textos produzidos por crianças e por adultos iniciantes na língua japonesa, ocorre a mesma forma de expressão, isto é, após a verificação de vinte textos, sendo dez de crianças e dez de adultos do nível iniciante de japonês, todos utilizam a mesma

¹³ *Tenho 8 anos. Estudo japonês na Associação.*

Corpus D

僕の名前は__です。僕は17歳です。学生です。ゴイアニアに住んでいます。僕の家族は4人です。父は日系ブラジル人です。

[Trad. Meu nome é_. Eu tenho 17 anos. Sou estudante. Moro em Goiânia. Minha família é composta por quatro pessoas. Meu pai é brasileiro de descendência japonesa].

O trecho que compõe o Corpus D foi extraído de um texto escrito por um aluno de uma turma iniciante (成人三). Como observado nos *corpora* de alunos iniciantes, a retomada da informação por um sintagma que não está formalmente presente, ocorre com frequência.

Na sequência de sua apresentação, ao introduzir o assunto falado (eu), anaforicamente, é recuperado nas sentenças seguintes, no entanto, ao introduzir outro assunto (família), ele julga importante, isto é, subjetivamente dizer que seu “pai é brasileiro, descendente de japoneses” é tomada como uma informação pertinente ao contexto geral.

Nesse sentido, introduzir uma informação sobre o pai, tomando-o como tópico dependente da frase na qual “família” era o assunto principal, é uma forma de atualização informacional, em outras palavras, trazer uma informação passada para um contexto presente.

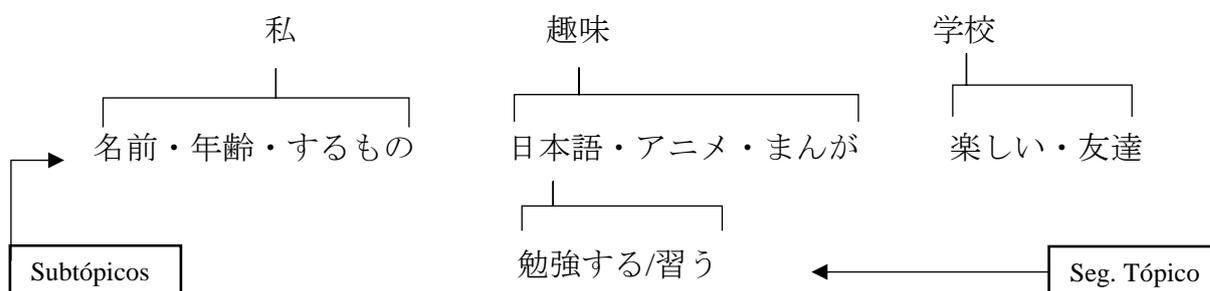
Corpus E

わたしの名前は__です。22歳です。わたしは学生です。1年半ゴイアス日本語モデル校で日本語を勉強しています。学校は楽しいです。友達がたくさんいます。みんなはとても親切です。学校にいるのが好きです。日本語はわたしの趣味です。アニメや日本文化、まんがなどが好きです。ポリグロットになりたいですから、日本語の次に中国語を習いたいです。

[Trad. Meu nome é_. Tenho 22 anos. Eu sou estudante. Estudo japonês na Escola Modelo de Língua Japonesa de Goiás há um ano e meio. A escola é divertida. Tenho muitos amigos (lá). Todos são muito gentis. Eu gosto de estar na escola. A língua japonesa é meu hobby. Gosto de anime e cultura japonesa, mangá e por aí vai. Quero me tornar poliglota, por isso, depois de japonês, quero aprender chinês].

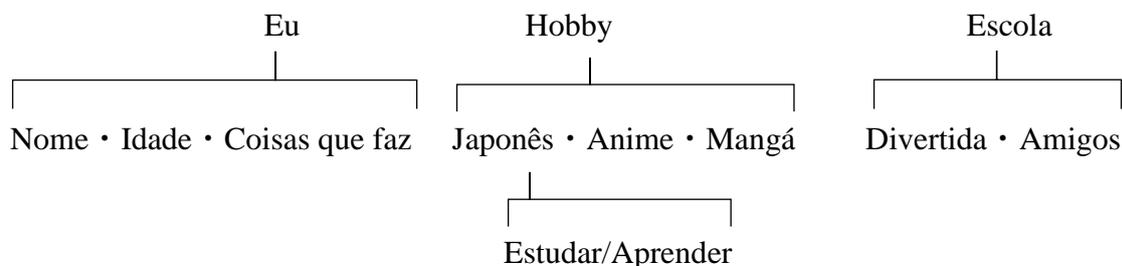
O **Corpus E** é o texto de um aluno iniciante (成人四), nele percebemos a amplitude de assuntos que abordados no texto, sendo necessário segmentá-los, conforme o diagrama¹⁶ abaixo:





O autor desse texto secciona os assuntos que quer abordar – nem todos foram postos no diagrama, apenas os principais – mostrando as particularidades, sua subjetividade diante do assunto. Destaca informações importantes e trabalha sobre três eixos em seu texto, deixando sua mensagem clara e coesa; nesse texto, pode-se destacar como ele usou a habilidade referencial, sem retomar o tópico formalmente em outras partes do corpus, apenas deixando-o evidente por meio do tópico, ou seja, enfatizando sobre o que está sendo falado. Segue-se a tradução:

Eu e a língua japonesa



Considerando as análises realizadas, verificamos que as escolhas tópicas dos alunos tendem a ser ocultas. A partir delas, eles buscam a não repetir os sintagmas topicalizados nas sentenças que seguem, dessa forma evitam usar a partícula *ga* – que marca o sujeito gramatical, no provável intuito de não cometer erros de comunicação. Além disso, identificamos que sistematicamente, a organização e a continuidade tópica entre o japonês e o português ocorrem de maneira similar, no entanto, do ponto de vista da tipologia tópica, as

visões podem ser diferentes, visto que a estrutura gramatical das línguas é distinta, levando em conta particularidades, como as desinências verbais do português e as partículas japonesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nossa pesquisa, verificamos que no início dos estudos linguísticos havia uma preocupação com as estruturas, com o aspecto formal da língua. Com o desenvolvimento teórico, os estudiosos perceberam a necessidade de estudá-la além de suas estruturas formais, de desvinculá-la desses aspectos e inseri-la em seu contexto de uso, estabelecendo os sentidos. Dessa forma que a Linguística Funcional se estabelece com uma vertente que defende a língua em seu uso e não meramente em sua forma.

Com base nessa concepção, a presente pesquisa expôs as principais considerações que permeiam os estudos funcionais da língua, como eles se relacionam e seus diferentes níveis de interpretação: sintática, semântica e textual-discursiva.

Por meio da Linguística Funcional, buscamos a compreensão de certos fenômenos da linguagem, através da análise descritiva dos dados, relacionamos o funcionamento do tópico no português e no japonês, as diferentes formas de identificá-los e marcá-los no âmbito frasal, mas principalmente, no texto-discurso.

Através da análise textual, pudemos entender as noções e conceitos linguísticos em uma representação básica da linguagem, o texto. Vimos ainda, sob a revisão literária, a importância de se estudar a língua com foco no uso, em determinado contexto, em dados meios de produção. Além disso, a abordagem de questões pertinentes a estudantes e professores, não só de língua portuguesa, como também do japonês é um ponto de destaque nesses estudos, visto que essa pesquisa trata de um tema amplamente difundido e necessário tanto aos aprendizes de japonês como língua estrangeira, como para o entendimento da organização da informação em português.

Em suma, o trabalho realizado nos ajudou a compreender de forma categórica as semelhanças e diferenças entre as duas línguas em vários aspectos, prioritariamente o da estrutura informacional. Por fim, percebemos que mesmo com mais diferenças que semelhanças, o estudo funcionalista fez com que o português e o japonês se aproximassem.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **A palavra e a sentença**: estudo introdutório. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BOTELHO, José Mario. A ordem dos termos em português e a topicalização. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 47, 2010, p. 45-61.

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios. São Paulo: Contexto, 2012.

CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In.: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 157-176.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Funções da linguagem. In.: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 31-36.

MUKAI, Yûki. A partícula modalizadora de ênfase *WA*. In: SUZUKI et al. (Org.). **Teorias gramaticais da língua japonesa**. São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2012, p. 203-223.

MUKAI, Yûki. **Wa e Ga**: as partículas gramaticais da língua japonesa. Col. Japão em foco, vol.4. Campinas, Pontes, 2014.

NINOMIYA, Sonia Regina Longhi. A taxionomia na língua japonesa. In.: SUZUKI et al. (org.). **Teorias gramaticais da língua japonesa**. São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2012, p. 141-159.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de. Linguística textual. In.: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 193-204.

ORSINI, Mônica Tavares; VASCO, Sérgio Leitão. Português do Brasil: língua de tópico e de sujeito. **Revista Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 2, 2007, p. 83-98.

PEZATTI, Erolilde Goreti. A Gramática Discursivo-Funcional e o contexto. In: SOUZA, Edson Rosa de (org.). **Funcionalismo linguístico**: novas tendências teóricas. São Paulo: Contexto, 2012, p. 107-132.

SILVA, Rosangela Villa da; ONOFRE, Diana Pilatti. Um breve estudo sobre o tópico em língua portuguesa. **Web-Revista SOCIODIALETO**, Campo Grande, v. 4, n. 10, 2013, p. 116-133.

WILSON, Victoria. Motivações pragmáticas. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 87-110.